

O Sínodo esqueceu as comunidades



Por: Jorge Costadoat*

O *Documento final do Sínodo sobre a sinodalidade* deixou pela metade a autogeração da Igreja a partir das comunidades eclesiais de base ou das pequenas comunidades ligadas às paróquias. Esta é uma carência que deve ser sanada. Caso contrário, essas comunidades continuarão sofrendo elas mesmas — e não apenas os leigos considerados individualmente — o clericalismo que sufoca à Igreja.

Visto o documento de baixo para cima, ou seja, a partir das comunidades que constituem uma paróquia, percebe-se que as conclusões tratam mais das relações entre as instâncias superiores, podendo as inferiores, no máximo, tirar-lhes poder. **As comunidades podem ocupar um lugar importante no conselho de uma paróquia. Isso, porém, não significa que sejam reconhecidas como tal.**

O que está em gestação é que as comunidades sejam a primeira célula da institucionalidade que as torna possíveis. *Evangelii gaudium* pede que a paróquia seja “comunidade de comunidades” (EG 28); e Puebla valoriza que as “comunidades tornem presente e operante o desígnio salvífico do Senhor, vivido em comunhão e participação” (DP 617). Es-

sas convicções teológicas garantem que a vida da Igreja brote desde a base. **A Igreja não é uma empresa nem um Estado: é fraternidade. Essa fraternidade é alcançada na medida em que seus membros agem como adultos capazes de se organizar em comunidade;** a comunidade que criaram ou à qual passaram a pertencer porque foram aceitos como protagonistas, e não como coadjuvantes.

As próprias comunidades são a Igreja. Ne-las, a Tradição está viva. São o espaço em que naturalmente o Evangelho é transmitido de pessoa para pessoa. É preciso entender que muitas vezes sua existência é delicada. As interferências externas as ameaçam de morte ou convertem seus membros em pessoas pusilânimes, cristãos desprovidos de espírito profético.

Insisto: as comunidades saíram mal no Sínodo. Os párocos conservam um enorme poder sobre elas. Alguém defendeu sua autonomia no Sínodo? Elas não têm interesse em ser independentes. Não sei de nenhuma que tenha deixado a paróquia. Mas **elas querem e precisam ser reconhecidas em sua dignidade e originalidade, e agradecem a ajuda que lhes pode ser dada, porque são**

* Jesuíta chileno. Doctor en Teología por la Pontificia Universidad Gregoriana de Roma. Se ha desempeñado como Director del Centro Teológico Manuel Larraín (2004-2016). Ha sido Coordinador de la Comisión Teológica de la Compañía de Jesús en América Latina en dos períodos (2000-2004 y 2006-2013). Actualmente realiza labores de investigador adjunto de la Pontificia Universidad Católica de Chile y hace parte del Equipo de Reflexión Teológico Pastoral del Celam.

frágeis. Elas se beneficiam da comunhão com as paróquias, desde que esta não as uniformize com seus planejamentos nem as force a planos que lhes tirem as poucas energias que têm.

A *accountability* de que tanto se fala deveria começar dentro das próprias comunidades. Que estas prestem contas ao pároco de suas atividades também é importante, ninguém pode contestar isso. Mas, pode ele, por exemplo, ter a última palavra na designação de suas autoridades? **O pároco, antes de fiscalizá-las, deve cuidar delas, apoiá-las e incentivar suas iniciativas para cumprir sua missão de evangelizar seu entorno.** Assim se é uma Igreja “em saída”, em vez de um centro de operações ou agrupamento de fiéis, de satélites que giram em torno do sol.

O processo sinodal, apesar desse déficit, é um sinal de esperança. É um grande passo adiante para que a Igreja se constitua como Povo de Deus, que foi a vontade determinante do Con-

cílio Vaticano II. Seria necessário que, em coerência com esse espírito sinodal, fossem introduzidas emendas canônicas que permitissem avançar nessa direção. Mas o *Documento final* do Sínodo não vai suficientemente longe.

O clericalismo é exercido contra pessoas, leigos e clérigos, mas também contra comunidades inteiras.

O que é necessário é regenerar a Igreja de baixo para cima. Talvez algum dia elas venham a ter voz na escolha do seu pároco. Ou, pelo menos, que lhes seja permitido livrar-se de um que as maltrata. Pois alguns párocos cuidam delas paternalmente, mas outros as humilham com atos ou em virtude do mero direito canônico.

Quando os leigos forem adultos e as comunidades forem respeitadas em sua originalidade, a sinodalidade começará verdadeiramente. Até aqui, é um desejo que a Igreja é chamada a transformar em realidade.